



A CSE na Jurisprudência do TJUE e Nacional

Bruno Mestre, PhD
Juiz de Direito



Redescoberta

- Últimos 10 anos - «redescoberta» da CSE pelo TJUE e Tribunais Nacionais.
- Problema – conferir eficácia a um instrumento que inicialmente foi pensado como simples declaração de princípio ou uma simples obrigação de meios dos Estados



Estratégias

- **(a) maioritária** – utilização da CSE como instrumento de apoio na interpretação de Direito Positivo.
- **(b) minoritária** – eficácia directa da CSE revogando, se necessário, o direito nacional.

TJUE

- Tem seguido a posição majoritária
- Nunca atribuiu efeito directo à CSE mas utiliza-a frequentemente na interpretação do Direito da União Europeia originário e derivado.
- Esta posição é consistente com a posição do Direito da União Europeia em relação à CSE

Carta dos Direitos Fundamentais

- Preâmbulo da Carta dos Direitos Fundamentais
 - A CDFEU **reafirma** («*reaffirm*», «*réaffirme*», «*bekräftig*») os direitos fundamentais emergentes de outros instrumentos jurídicos, entre os quais a CSE.
- Existe, da parte dos signatários, uma intenção expressa de conciliar a o conteúdo dos direitos fundamentais nos vários instrumentos jurídicos, utilizando a CSE como instrumento interpretativo

TJUE

- **Sari Kiiski (C-116/06)**
 - **Directiva 76/2007/EEC** (revista pela Directiva 2002/63/EC) sobre igualdade de tratamento entre homens e mulheres
 - **Directiva 92/85/EEC** – protecção de trabalhadoras grávidas
- Trabalhadora engravidou novamente durante o período de licença de maternidade.
- A CSE foi usada como instrumento interpretativo das Directivas no sentido de impor ao legislador nacional a consideração de uma nova gravidez no período de 14 semanas subsequente ao nascimento.



TJUE (cont)

- **Impact (C-268/06)**
 - **Directiva 1999/79/CE** – sobre contratos a termo
- Estavam em causa as condições remuneratórias de trabalhadores do sector público irlandês contratados a termo.
- A CSE foi usada como fonte interpretativa da Directiva no sentido de impor igualdade remuneratória entre trabalhadores a termo e por tempo indeterminado.

TJUE (cont.)

- **Comissão v Alemanha (C-271/08)**

- Estava em causa o facto de algumas autarquias terem acordado, por ajuste directo, com seguradoras, os planos de pensões dos trabalhadores públicos.
- O TJUE frisou que as obrigações impostas pela CSE em matéria de respeito pela autonomia da negociação colectiva não podem ser desconsideradas na avaliação da conduta das autarquias.
- Foi colocada a par com outros instrumentos comunitários.

Ordenamentos nacionais


- Existem diversos casos – minoritários - de aplicação directa da CSE.
 - Espanha – jurisprudência da «crise financeira»
 - Alemanha

Espanha

- **Sentença Juzgado Social n.º 3 de Barcelona**
 - Alteração unilateral do horário de trabalho no sentido de consagrar alguns serviços de turno (equivalente a IHT).
 - Consagrou «*tempos de disponibilidad*» no sentido de o trabalhador ter que estar disponível para trabalhar.
 - Problema:
 - **SIMAP (C-303/98) e Jager (C-151/02)** – tempos de disponibilidad não constituem tempo de trabalho;
 - **CSE (proc. n.º 55/2009)** – tempos de disponibilidad constituem tempo de trabalho;

Espanha (cont.)

- **Sentença Juzgado Social n.º 2 Barcelona**
 - A lei espanhola consagrava um período experimental com a duração de um ano em determinadas situações.
 - **CSE – proc, n.º 65/2012 (Genop e Adedy v Grécia)** – considerou que a duração do período experimental tem que ser adequada ao posto de trabalho em questão.
 - Considerou que as tarefas atribuídas ao trabalhador (peón, trabalhador indiferenciado) não justificavam um período experimental tão amplo.

- 
- Nota: recentemente ocorreu um recurso de cassação para unificação de doutrina do STE.
 - Este recusou unificar a doutrina no sentido de reconhecer eficácia directa às resoluções do comité de peritos da CSE.
 - Discussão mantém-se em aberto todavia.

Alemanha

- **BAG de 10/12/2002**

- Estava em causa a designada obrigação de paz social relativa (*friedenspflicht*) com a CSE;
- Considerou que essa obrigação não violava as restrições admissíveis do direito de greve no âmbito da CSE;
- Reconheceu, assim, efeito directo à CSE;

Alemanha (cont.)

- **BAG 19/01/2011**

- Estava em causa uma situação de discriminação indirecta em função do sexo num fundo de pensões;
- Ao analisar a margem de discricionariedade de que os parceiros sociais dispõem na constituição de fundos de pensões ocupacionais, o BAG chamou à colação as obrigações da CSE nessa matéria, considerando-as directamente vinculantes.

Portugal

- A invocação da CSE na Jurisprudência dos Tribunais superiores é escassa e tem-se orientado pela posição maioritária.
- E.G:
 - **STJ 09/09/2015** – interpretação do princ da segurança no emprego.
 - **TRG 17/12/2013** – valor da remuneração mínima em processos de insolvência;
 - **TRP 07/04/2008** – proteção da liberdade de sindicalização
 - **TC 474/2013** – segurança no emprego como princ de Dto Pbl Europeu;

Conclusões

- Embora com fundamentos e força diversa, a CSE tem vindo a ser redescoberta pelo TJUE e Tribunais nacionais.
- Oscilam entre atribuir-lhe eficácia directa e usá-la como mero instrumento interpretativo.
- Maioritariamente tem sido usada como instrumento interpretativo da lei nacional.